



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE



OFÍCIO Nº. 054/07/GP/CMOPO/RO


EM 26 DE FEVEREIRO DE 2007.

Senhores Vereadores,

Servi-mo do presente para encaminhar ao Plenário desta Casa de Leis o Projeto de Lei Nº. 473 de 26 de fevereiro de 2007, que “Determina a obrigatoriedade de que os veículos utilizados para atender contratos com a Administração Municipal, direta e indireta, estejam registrados no Município de Ouro Preto do Oeste e dá outras providências”, para apreciação dos Nobres Pares.

No ensejo, renovo votos de consideração e apreço.

Atenciosamente,


EDISON LUIZ GASPAROTTO
Vereador – PL
Presidente da Câmara Municipal

AOS
EXMOS. SRS.
DD. VEREADORES DA CÂMARA MUNICIPAL
NESTA



**ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE**



Justificativa

EDISON LUIZ GASPAROTTO, Vereador/Presidente desta Casa Legislativa, apresenta ao Plenário o presente Projeto de Lei, que “Determina a obrigatoriedade de que os veículos utilizados para atender contratos com a Administração Municipal, direta e indireta, estejam registrados no Município de Ouro Preto do Oeste e dá outras providências”.

Trata-se de Lei que determina a obrigatoriedade de registro dos veículos utilizados por empresas para atender contratos com a administração Municipal direta e indireta, que os mesmos sejam realizados em nossa cidade de Ouro Preto do Oeste, ocasionando com isso um aumento considerado na participação do IPVA, além de valorizar a mão-de-obra do nosso Município.

Assim sendo, solicitamos dos Nobres Pares seu voto favorável.

Ouro Preto do Oeste – RO, em 26 de fevereiro de 2007.

EDISON LUIZ GASPAROTTO
Vereador – PL
Presidente da Câmara Municipal



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE



PROJETO DE LEI Nº. 473/07

DE 26 DE FEVEREIRO DE 2007.

“DETERMINA A OBRIGATORIEDADE DE QUE OS VEÍCULOS UTILIZADOS PARA ATENDER CONTRATOS COM A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, DIRETA E INDIRETA, ESTEJAM REGISTRADOS NO MUNICÍPIO DE OURO PRETO DO OESTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.


O Prefeito do Município de Ouro Preto do Oeste – RO, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Os veículos utilizados para atender contratos estabelecidos com a Administração Municipal, Direta e Indireta, devem, obrigatoriamente, ter seus respectivos Certificados de Registro de Veículo expedidos no Município de Ouro Preto do Oeste.

Art. 2º Os veículos que não se enquadrarem na exigência do artigo anterior serão considerados inexistentes para efeito do contrato a que estiverem vinculados.

Art. 3º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, se necessário suplementadas.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.


EDISON LUIZ GASPARETTO
Vereador – PL
Presidente da Câmara Municipal

*Incumbente de
Comissário de
Redação*
*Luiz de
Fátima*



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE



PROJETO DE LEI Nº. 473/07

DE 26 DE FEVEREIRO DE 2007.

“DETERMINA A OBRIGATORIEDADE DE QUE OS VEÍCULOS UTILIZADOS PARA ATENDER CONTRATOS COM A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, DIRETA E INDIRETA, ESTEJAM REGISTRADOS NO MUNICÍPIO DE OURO PRETO DO OESTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito do Município de Ouro Preto do Oeste – RO, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Os veículos utilizados para atender contratos estabelecidos com a Administração Municipal, Direta e Indireta, devem, obrigatoriamente, ter seus respectivos Certificados de Registro de Veículo expedidos no Município de Ouro Preto do Oeste.

Art. 2º Os veículos que não se enquadrarem na exigência do artigo anterior serão considerados inexistentes para efeito do contrato a que estiverem vinculados.

Art. 3º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, se necessário suplementadas.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

EDISON LUIZ GASPAROTTO
Vereador – PL
Presidente da Câmara Municipal



A Secretaria Legislativa de Apoio Parlamentar,

Segue o presente processo autuado nesta seção através dos documentos em anexo para providências necessárias.

Em: 27 / 02 / 07.

Resumo
Layza Gabriela Fernandes Barbosa
Div. de Protocolo e Publicação
Port. 074/05/CMOPO/RO

ao Observar
Segue processo o Projeto de lei para
controle interno.

Em: 01
03
07

Finis
P. Maria Araújo O. Almeida
Secretaria Legislativa e
de Apoio Parlamentar
189/SP/CMOPO/RO

A
Se P
Segue processo para envio a
Assessoria Jurídica.
Em: 06
03
07

AO

Assessor Jurídico.

Segu processo nº Projeto de
Lei para análise Técnica e

Sanar Jurídico.

Em: $\frac{06}{03}$
 $\frac{07}{07}$


Maria Araújo O. Almeida
Secretária Legislativa e
de apoio Parlamentar
188/GP/CMO/PO/PC



Estado de Rondônia
Poder Legislativo Municipal
Câmara Municipal de Ouro Preto do Oeste
Assessoria Jurídica



Projeto de Lei Nº473

Em, 27 de fevereiro de 2007.

“Determina a obrigatoriedade de que os veículos utilizados para atender a Administração Municipal, direta ou indireta, estejam registrados no Município de Ouro Preto do Oeste.”

Parecer Técnico - Jurídico Nº041/AJ/CMOPO/RO

O Presente Projeto de Lei ora em análise de autoria do **Vereador Presidente Edílson Luiz Gasparotto** em nosso entendimento Jurídico confronta com o Art. 7º § 5º da Lei Federal Nº. 8.666/93 que assim expresse:

“§ 5º - É vedado a realização de licitação cujo objeto inclua bens e serviços sem similaridade ou de marcas, características e especificações exclusivas, salvo nos casos em que for tecnicamente justificável ou ainda quando o fornecimento de tais materiais e serviços for feito sob o regime de administração controlada previsto e discriminado no ato convocatório.”

Assim entendemos ser ilegal contrário à Lei Federal Nº.8.666/93 o Artigo 1º do Projeto.

Quanto ao Artigo 2º o mesmo é também ilegal pois os veículos registrados em outro município e que estão prestando seus serviços neste município tem o direito de continuar até o término do contrato, sob pena do município ter de pagar-lhes indenização por quebra de contrato.

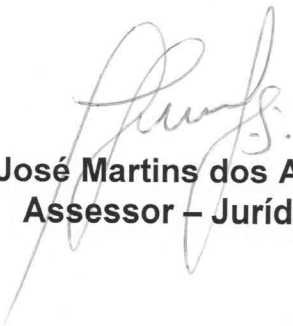


São estas as razões que levam-nos a tais entendimentos.

Isto posto, somos do entendimento jurídico que o Projeto contraria Lei Federal já mencionada, devendo o mesmo ser encaminhado à Comissão de Justiça e Redação para parecer sobre o Projeto.

É nosso Parecer.

Sala da Assessoria, aos 22 de março de 2007.



José Martins dos Anjos
Assessor – Jurídico



A
Secretaria Legislativa
Exmo. Prefeito de lei Com
parecer Técnico-Jurídico
pela ilegalidade do Prefeito.
para análise da Comissão
Permanente de Justiça
e Redações e parecer no
prazo regimental. -
Em, 26/Março/2007

Assinatura
José Martins dos Anjos
Assessor Jurídico
Port. 063/GP/CMOPO/RO

CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE	
DIVISÃO LEGISLATIVA	
Comissão Permanente de	<i>Justiça e</i>
<i>Redação</i>	
Para Parecer dentro do prazo Regimental	
Em	<i>28</i> de <i>Março</i> de <i>2007</i>
<i>Anderson L. N. Júnior</i>	
Diretor(a) Legislativo(a)	

Maria Araújo O. Almeida
Secretária Legislativa e
de apoio Parlamentar
189/GP/CMOPO/RO



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE OUROPRETO DO OESTE – RO

COMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº. 473

DE 26 DE FEVEREIRO DE 2007.

CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE		
APROVADO		
VOTAÇÃO ÚNICA		
Quorum	08	Favor 07 contra 0
Sessão	Ordinária	Horas 19:00
Em	11	de Junho de 2007

ASSUNTO: "DETERMINA A OBRIGATORIEDADE DE QUE OS VEÍCULOS UTILIZADOS PARA ATENDER CONTRATOS COM A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, DIRETA E INDIRETA, ESTEJAM REGISTRADOS NO MUNICÍPIO DE OURO PRETO DO OESTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".


PARECER Nº. 039/07



A Comissão Permanente de Justiça e Redação em análise ao Projeto de Lei acima citado é de parecer pela **Inconstitucionalidade** do mesmo, pois, os veículos registrados em outro município e que estão prestando seus serviços neste município tem o direito de continuar até o término do contrato, sob pena do município ter de pagar-lhes indenização por quebra de contrato.

É nosso Parecer.

Sala das Comissões, 04 de junho de 2007.


Flávio Farias de Almeida
Presidente


Sebastião Gomes Viana
Relator


Eudes Venâncio de Souza
Membro



A SLAP.

Segue processo com Parecer da Comissão Permanente de Justiça e Redação,
para prosseguimento do mesmo.

Em: 08 / 06 / 07

Flávio Farias de Almeida
Vereador - PPS

Presidente da Comissão Permanente de Justiça e Redação

*ao Plenário,
Segue processo
de liberação.*

c/ parecer para

Em: 08
06
07

Maria Fátima O. Almeida
Secretária Legislativa e
de apoio Parlamentar
189/GPIC/MP/RO

Ao
Protocolo,

temo em vista que foi aprovado
por unanimidade o Parecer da Comis.
São Desmembre do fustigo e Redacção
pelo Inconstitucionalidade do Projeto
de lei, fice o mesmo arquivado
nesto Setor.

Em: $\frac{19}{06}$
 $\frac{07}{07}$


Maria Araújo S. Almeida
Secretária Legislativa e
de apoio Parlamentar
189/GP/CMOPO/RO